

DON'T BELIEVE EVERYTHING YOU READ ON THE INTERNET

FAKE

NEWS

AS

E A NOVA ORDEM

(DES)INFORMATIVA

NA ERA DA

PÓS-VERDADE

MANIPULAÇÃO

POLARIZAÇÃO

FILTER BUBLES

JOÃO FIGUEIRA

SÍLVIO SANTOS

ORG.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

**APRESENTAÇÃO – FAKE NEWS:
O BURACO É MUITO MAIS EM BAIXO**

**FORWORD – FAKE NEWS:
THE HOLE IS MUCH LOWER**

Para a medicina, uma intervenção no equilíbrio hormonal pode ser um desastre a ponto de jamais se poder recuperar o antigo nivelamento. Quando a política apela para uma provocada desregulagem no equilíbrio entre razão e emoção, privilegiando a segunda, a incompreensão em lugar do pensamento, a perseguição em lugar da transigência, produzem-se efeitos similares, a ponto de se chegar a tragédias incalculáveis, reparáveis apenas a muito longo prazo.

As *fake news* hoje já não são apenas *fake news*. Todo o cenário contemporâneo mudou assustadoramente desde que essas práticas foram iniciadas para a eleição de Trump ou a saída da Grã-Bretanha no episódio chamado de *Brexit*. O mundo parece passar por turbulências jamais vistas em termos de intensidade, força e virulência. Cabe aqui uma reflexão preocupada e radical a respeito desse novo fenômeno, filho direto da acelerada substituição de tecnologias e seu atrelamento às estratégias de supremacia e controle das forças políticas e econômicas do planeta. Tudo indica que estamos diante de uma nova forma de dominação que veio substituir o discurso racional e republicano, alterando profundamente o papel dos meios de comunicação, especialmente a imprensa falada, escrita e televisionada, com o ingresso no cenário das redes sociais como ator decisivo de intervenção política.

Nesse sentido, gostaria de pontuar neste ensaio três traços vigorosos dessa nova cena mundial, desconhecidos até então, que assinalam que o planeta tende a um acirramento das desigualdades, dos conflitos e das políticas des-

trutivas de algumas nações. O primeiro é o esvaziamento da formação da opinião pública através da crise dos agentes tradicionais de veiculação de informação e o subsequente desmoronamento das práticas racionais e consensuais de discurso por meio do que se chamou “conexão emocional”; o segundo é a exploração de um espaço virtual por meio de sistemas convergentes de pressão, constituindo-se, através deles, um *continuum* orquestrado de operações que visam monopolizar o trânsito de informações relevantes; o terceiro é a sensação nova que se instala no espaço público mas invade igualmente a esfera individual, que é um sentimento de se estar sob a pressão de uma *nuvem densa* e opressora que impede ou paralisa o estímulo para a ação das oposições.

I

Fake news, sabe-se, não é um fato novo na prática jornalística. Desde a guerra contra a Espanha, no final do século XIX, grandes jornais norte-americanos liderados por Pulitzer e Hearst já contaminavam a opinião pública fabricando falsas informações sobre o que acontecia em Cuba, para fazer a opinião pública colocar-se a favor da guerra contra a Espanha¹. Karl Kraus não cansou de denunciar, por seu turno, as campanhas da imprensa austríaca antes da I Guerra Mundial, mas também após a guerra, junto com a imprensa alemã, instigando a população civil a exigir a retomada dos conflitos bélicos por meio de notícias e manipulação de dados. Para ele, a imprensa de língua alemã teria levado a Hitler².

A falsificação de notícias não faltou em todo período liberal do século XX, derrubando o mito da objetividade jornalística, se bem que em doses diferenciadas de acordo com a estabilidade política de cada país. Afinal, a imprensa dita “burguesa” sempre atuou como porta-voz de grupos econômicos e políticos para fazer valer sua opinião, minoritária em termos numéricos

¹ Sobre o tema, ver Kagan (1996, pp. 423-446).

² Para Kraus, foi aspecto fundamental que favoreceu o aparecimento de Hitler e de seu partido, e, até mesmo que o tornou possível, o fato de que ninguém tinha mais condição de imaginar do que era capaz o nacional-socialismo. Ver, para isso: Ganahl, S. (2006) e Arntzen (1975).

mas poderosa no que se refere ao controle dos meios, isto é, à expansão e divulgação de *sua* visão de mundo como sendo *a* visão de mundo objetiva e imparcial. Mesmo assim, pelo menos em países que não estavam submetidos a regimes autoritários e totalitários, de direita ou de esquerda, a redação dos jornais ainda espelhava a luta de classes entre a imposição de um editor ou de um chefe de redação e a realidade efetivamente vivida pelo repórter, que saía às ruas e via uma cena bem diferente daquela que editores e donos de jornais gostariam de noticiar.

Os proprietários de jornais jamais aceitaram a máxima nietzschiana, evidente para qualquer um que olhasse o mundo ao redor, de que verdades não existem, apenas interpretações³ e venderam, como na ciência, a irrefutabilidade das afirmações de um saber imparcial que, no século XX, cairia por terra com as teses da interferência do observador.

Se *fake news* sempre existiram, então, por que tanto estardalhaço agora? Nova, em verdade, é a combinação entre *fake news*, transformações da política e a ação da internet intervindo em decisões políticas, transformando radicalmente o debate, especialmente em momentos de crise. A tese de que fatos isoladamente não são suficientes, de que é preciso emocionalizar, foi resgatada cento e vinte anos depois da guerra hispano-americana, no episódio do *Brexit*, quando a imprensa dita “eurocética” noticiou fatos falsos e amplificou notícias duvidosas. Arron Banks, fundador da campanha pela saída da União Europeia, declarou, logo após, ao *The Guardian*: “A exposição de fatos não teria ajudado a ganhar o referendo; os fatos não funcionam e ponto final... É necessário estabelecer uma conexão emocional com as pessoas”⁴.

Não se trata, portanto, apenas da criação e veiculação de mentiras em momentos delicados da decisão política (plebiscitos, eleições, votações) mas

³ Friedrich Nietzsche, em *Livro Terceiro. Princípio de um novo valor definido, Parte I. A vontade de poder como conhecimento*, diz, no n.º 481, que “contra o positivismo, que fica estagnado diante dos fenômenos, de que ‘só há fatos’, diria eu: ‘Não, são os fatos que não existem, apenas interpretações’. Tudo é subjetivo, [daí] vocês falam: mas isso já é uma interpretação. O ‘sujeito’ não é nada dado mas algo imaginado para isso (*binzuerdichtet*), escondido atrás da coisa. Finalmente: é necessário colocar os intérpretes ainda atrás da interpretação? Mesmo isso é poesia, hipótese”.

⁴ Booth, R., Travis, A., Gentleman, A. (2016, 29 de junho). Leave donor plans new party to replace Ukip – possibly without Farage in charge. *The Guardian*. Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/29/leave-donor-plans-new-party-to-replace-ukip-without-farage>

do uso massivo de computadores (robôs) que replicam a mesma notícia falsa e pressionam pessoas com centenas de milhares de *posts* buscando massacrar opiniões adversas.

Hoje, a questão não é somente ter caído a máscara da imprensa que se apresentava como “espelho do real”; isso é queixa do passado. *Fake news* atua em dois planos básicos: no bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, através de blocos monolíticos de pensamento (os estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão, e na ação pontual em momentos decisivos por meio do massacre volumoso de *posts* nos *Facebooks*, *Twitters*, *Whatsapps* de um grande círculo de pessoas.

Historicamente, esses blocos monolíticos tiveram resultados surpreendentes nos grandes movimentos de massa construídos com apoio popular, como foi o caso do nazismo alemão, que se apoiou basicamente nas chamadas “camadas médias” da população, categoria de pequenos comerciantes, profissionais liberais, trabalhadores especializados que não possuíam ou possuíam poucos bens de produção mas que se inspiravam na burguesia para conseguir ascensão social. Essas camadas, marcadas por posturas pragmáticas e imediatistas, mostravam-se avessas ao pensamento profundo, à reflexão, à pesquisa de fundo sobre a razão de as coisas serem como são e à vinculação de causas e efeitos em raciocínios mais elementares e buscavam, ao contrário, fórmulas simples e fáceis de dar conta do real.

Essa falência do discurso racional, da argumentação e do diálogo justifica em parte certa tendência suicida das sociedades contemporâneas em apostar nas soluções mágicas, imediatas e salvadoras, independentemente de sua capacidade de efetivamente interferir em mudanças significativas da sociedade. O pensamento místico-tecnológico⁵ do século atual assinala essa

⁵ A sociedade cibernética é marcada por dois comportamentos típicos: o reclinar-se, de inspiração nietzscheana, e o “espasmo”. Nietzsche falava em *Além do bem e do mal* de uma felicidade no repouso: “Esse homem... bem fraco... sua aspiração mais profunda é que um dia tenha fim a guerra que ele é; a felicidade lhe parece, de acordo com uma medicina e uma maneira de pensar tranquilizante (epicurista ou cristã, por exemplo), sobretudo a felicidade do repouso, da não perturbação, da saciedade, da unidade enfim alcançada” (1993, p.98). O homem, então, relaxa, encosta-se, reclina-se. Trata-se de uma estratégia da “vida declinante”, que cria um casulo cultural em torno de si mesma. Transfere-se tudo para o hiperespaço, vivendo-se num ambiente saturado de equipamentos ajustados para produzir um imaginário total. Não obstante, esse recostar-se na virtualidade é interrompido

descrença no discurso iluminista e o retorno de soluções místicas, seja pelo retorno da crença de salvação nas religiões, seja na subserviência total às tecnologias e às políticas que se propõem a resgatar um paraíso perdido das nações⁶.

II

Talvez o fenômeno mais marcante de todo o século 20 tenha sido a constituição de um campo de batalha abstrato, invisível, carregado, preenchido pelos meios de comunicação, que passaram a *criar atmosferas* em vez de simplesmente adaptar-se ao clima existente ou supostamente permanente. Chamamos a isso de “ocupação da atmosfera mediática”. São atmosferas periódicas que passam a ser fabricadas, investidas de carga política e ideológica, tornando-se território imaterial de confrontações de ideias e valores de toda natureza. Elas são articuladas a partir de manifestações públicas (esfera pública liberal, socialista, fascista) e têm como alvo a interferência no comportamento político das assim chamadas “massas”.

O trabalho de “engenharia das almas” irá, assim, alterar radicalmente o valor e a importância do terreno das ideias, valores e crenças. Tratava-se agora de intervir nele. O que antes era o supostamente “passivo” mundo das ideias do século XIX torna-se a tensa e agitada atmosfera mediática moderna. Especialmente em períodos de crise, a ocupação dessa atmosfera com bombardeamento com informações direcionadas é contínua mas efêmera; trabalha-se intensamente durante curto período para a efetivação de mudanças parciais ou totais no Estado.

O contínuo, aqui, é tanto o espaço onde a batalha se trava (que Teilhard de Chardin e Émile Durkheim chamavam estaticamente de noosfera, consciência

por espasmos (frequentes) de fascismo e é possível uma defesa para o choque que já deve ter acontecido” (Marcondes Filho, 2009, pp. 42-52).

⁶ “Só existe um arrastar-se para frente, um empurrar com a barriga, uma ação sem convicção nem vontade, um “desejo do nada”. (...) Tudo isso significa, ousemos compreendê-lo, uma vontade de nada, uma má vontade contra a vida, uma rebelião contra os mais fundamentais pressupostos da vida, que é e permanece uma vontade!... E, para ainda em conclusão dizer aquilo que eu dizia no início: o homem prefere ainda querer o nada, a não querer...” (Nietzsche, 1967, pp. 185-186).

coletiva) como o movimento que lá se realiza. O contínuo é mediático porque sua energização, no caso, é realizada diariamente, o tempo todo, com mensagens unidirecionadas, visando, pela repetição e pela insistência, debilitar o pensamento e as articulações contrárias. A construção da atmosfera mediática contínua foi uma estratégia surgida por força da expansão dos processos tecnológicos de informação (imprensa, rádio) num momento em que os grandes contingentes sociais urbanos, constituídos a partir da industrialização, que se impôs em todos os países europeus, aglomeravam-se nas metrópoles e ganhavam, com isso e com a implantação do voto universal, inigualável força política. Para sua formação foi necessário o concurso de três fatores – a tecnologia de informação em massa, a constituição da esfera pública politicamente atuante e o surgimento das massas na cena – para que se efetivasse o quarto: o contínuo mediático atmosférico.

Nos anos de Guerra Fria, as operações no contínuo mediático deixam de ser ações centralizadas por um poder de Estado: este agora tem reduzida possibilidade de interferir no jogo político, competindo com o poder das grandes corporações de comunicação, com empresas privadas e seus serviços de relações públicas, com os demais poderes da sociedade democrática (o legislativo, o judiciário), e, mais recentemente, com a pressão vinda das redes sociais. Em circunstâncias de crise, acirram-se tendências de segregação, surgindo bodes expiatórios para justificar estados de exceção. São as posturas radicais contra o diferente, o dissonante, o não engajado, o crítico que afloram e a tônica de exclusão, de marginalização, de perseguição e até mesmo de liquidação do outro deixa de ser velada.

III

O fechamento do universo discursivo, apontado no passado por Herbert Marcuse em seu *Onedimensional Man* (1964), é reabilitado no início do século XXI através da nova forma de política surgida do entrelaçamento, por um lado, da acelerada substituição tecnológica, por outro, de crises políticas e econômicas no planeta, associadas às estratégias de defesa dos poderes estabelecidos para se sobrepor às ameaças de ruptura da ordem estabelecida.

Trata-se de uma ocupação opressiva e monopolista do contínuo mediático em tempos de crise derivada do desequilíbrio do fluxo de informações.

Sob essa densa nuvem as pessoas respiram um ar “contaminado” pela informação, mas, também, pela boataria, pelos factoides, pelas campanhas difamatórias... O ar efetivamente se torna pesado, insustentável. No silêncio, na atmosfera, sente-se algo como uma expressão única – quase divina – sussurrando verdades em nossos ouvidos; sente-se a densidade dessa atmosfera sobre nossas cabeças, como se uma energia perversa nos espreitasse. Marx fala, no *Manifesto*, no século XIX, de um espectro que rondava a Europa – o espectro do comunismo -, que fazia com que todas as potências da velha Europa se unissem numa “Santa Aliança” para conjurá-lo: o papa, o czar, os radicais da França, os policiais da Alemanha...

Em situações não afetadas pela crise, intuímos a presença de campanhas diversas, que, de forma sutil, visam conquistar nossos bolsos, nosso voto, nossa crença religiosa. Mas algo não bate. A imposição vinda de fora choca-se com posições nossas adquiridas em longos processos de socialização e exercitamos um discreto poder de defesa e resistência. Já, em momentos decisivos da política, nos embates mais sanguíneos, como esses do novo século, o contínuo mediático parece adquirir volume com alta densidade, nos pressiona como um vulto, uma nuvem negra, essa figura mística acima de nossas cabeças.

Esse fenômeno não pode ser medido empiricamente. Aqui falham todas as sondagens de opinião, as prospecções sociológicas, os estudos sociais assentados no cálculo, nas probabilidades, nas estatísticas, em suma, no conhecido. Exatamente porque neste caso entram em jogo fatores obscuros, incertos, nebulosos. Se se quiser fazer um estudo rigoroso, sério, denso do momento político deve-se apelar não para a sociologia ou a ciência política mas para uma espécie de etnografia, ou um estudo vivencial da comunicação, no sentido de nossa proposta metapórica. É preciso fazer uso de outros recursos, não tão positivistas mas efetivamente testemunhais, como o relato de Walter Benjamin diante da escalada fascista, ou literários, como a descrição de George Orwell do inferno estalinista.

IV

A ocupação da atmosfera mediática é uma batalha em que participam agentes e plataformas. Entre os agentes estão os membros dos três poderes (governo, legisladores e justiça⁷), empresas através de suas assessorias de imprensa, indivíduos e associações da sociedade civil, e, *last but not least*, as redes sociais. As plataformas são tanto os canais de veiculação e distribuição – e entre eles estão os novos gigantes da comunicação como *YouTube, Facebook, Twitter, Microsoft* -, como o conteúdo por eles veiculado, assim como a política exercida por eles de controle ou não controle dos conteúdos alheios, sem deixar de mencionar os equipamentos convencionais, como a imprensa, o rádio e a televisão, utilizando-se de meios analógicos e digitais.

Em períodos de estabilidade relativa na política, a disputa por espaço no contínuo mediático se dá através da busca de efeitos de viralização, isto é, da capacidade de agentes ou das corporações de comunicação fazerem com que sua notícia repercuta de forma espetacular num dado momento da vida social, econômica, política, religiosa, cultural, etc., ocupando todo os espaços sociais da discussão, dos temas e das conversas nesse momento específico. Maior a viralização, maior a influência, mais ganhos de capital em moeda digital (patrocínios, participações, novas oportunidades).

Em períodos de decisão ou crise política ou em situações em que a classe política deseja interferir mais radicalmente no desenvolvimento de certos processos políticos em curso, ocorre uma convergência – combinada ou não – entre agentes e plataformas, de maneira a criar uma barreira informativa que inviabilize notícias contrárias. Em outubro de 1977, na Alemanha, durante a manutenção em cárcere privado, e depois, com a execução de Hans-Martin Schleyer, presidente da associação dos empresários alemães, pela RAF – Fração do Exército Vermelho, o primeiro ministro Helmut Schmidt decretou a *Nachrichtensperre*, barreira informativa, pela qual os meios de comunicação estavam proibidos de veicular notícias sobre a situação e, posteriormente,

⁷ No Brasil atual, a asfixia política ocorreu por meio do Judiciário que tomou partido declaradamente por uma via política, asfixiando totalmente os empenhos de ação da via oposta.

sobre a liquidação de membros da RAF na prisão de segurança máxima de Stuttgart.

Esse foi um ato pontual na política alemã de pós-guerra, truculento do ponto de vista da democracia, sinalizando que essas barreiras informativas não precisariam ser extintas mas poderiam funcionar de forma menos radical. É o caso, a nosso ver, do sitiamento do espaço informativo realizado pelos grandes meios de comunicação, analógicos ou digitais, em períodos de crise e a determinação desses mesmos meios em intervir radical e oportunamente no espaço público – especialmente nas vésperas de votações significativas – diante de ameaças que comprometam certos projetos particularistas, políticos ou econômicos.

O Ocidente foi testemunha de operações desse tipo em casos citados no início, como a eleição do presidente Trump, nos Estados Unidos, a decisão britânica de sair da União Europeia (*Brexit*), mas também nas eleições brasileiras de 2018. Em todos eles, a manobra orquestrada dos grandes meios de comunicação, políticos e redes sociais impuseram suas vontades à revelia do debate democrático.

V

As notícias falsas, o uso de robôs para viralizar boatos, chantagens, pressões em momentos políticos decisivos instituem efetivamente uma virada excepcional no universo da política e da participação popular nas decisões. A democracia republicana vinda com as revoluções burguesas do século XIX colocava como cenário um espaço de contenda onde se digladiavam forças opostas, mas de um mesmo espectro político. De certa maneira, foi essa própria classe que constituiu o aparato jurídico-político que serve de base ao Estado de Direito erguido após a dissolução das monarquias nacionais. Isso lhe sugere que tem o mesmo direito de derrubá-lo, uma vez que se sente ameaçada em seu espaço de poder.

Ao que tudo indica, a própria democracia burguesa é derivação da ação real da própria classe em vários setores e campos de ação e conquistas obtidas pelas forças que lhe são opostas (trabalhadores, movimentos socialistas,

reivindicações de grupos minoritários, etc.) funcionaram como concessões específicas e oportunas em momentos de conflitos controláveis.

Sentindo-se criadora e mantenedora dessa ordem jurídico-política, ela se dá, ao mesmo tempo, o direito de virar a mesa se os limites do avanço das reivindicações opostas transgredirem o permitido. É o que se observou nos golpes de Estado do Chile, da Argentina, do Brasil, em que, por meio dos instrumentos legais e autorizados pela própria ordem dita “burguesa”, forças oposicionistas galgaram posições que poriam em xeque a própria sobrevivência desse setor dominante. Excede-se, nesses casos, o grau de tolerância consentida e o uso da violência explícita, com as Forças Armadas, ou implícita, com o aparelho judiciário, por exemplo, expurga do cenário os movimentos de oposição.

Trata-se, como se vê, de um espaço de liberdade relativa e controlada, mas que não pode prescindir do apoio da população. Quer dizer, a máquina de produção de *fake news*, os robôs, a veiculação incessante de blocos cristalizados de pensamento não pode agir sozinha, pois isso deslegitimaria os princípios dessa mesma ordem. Mas isso, pelos vistos, não se mostra como problema.

O caso brasileiro atual indica a conjugação de pelo menos três grandes forças: uma militância política e digital constituída de grupos, blogs, movimentos ideologicamente cristalizados em torno de práticas segregacionistas, racistas, homofóbicas, operando junto a igrejas e grupos religiosos radicais; uma rede monopolista de comunicação – composta de televisão, jornais impressos, rádio, além de outros meios – que controla, influencia e muitas vezes até mesmo dirige os atos do aparelho político, judiciário e legislativo; um complexo internacional composto de empresas principalmente de energia (petróleo) associado a ações estratégicas do governo norte-americano, visando ampliar a exploração e a posse das reservas brasileiras.

Diante disso, a debilitada classe política oposicionista só possuía um grande capital para fazer frente a todos esses agentes, que era seu líder popular e carismático, capaz, sem uso de grandes recursos financeiros ou de uma máquina partidária, de continuar a vencer as sucessivas eleições presidenciais na República. A estratégia então do bloco conservador era a de (1) excluí-lo do cenário político, mesmo que fosse às custas de acusações infundadas, transgressões da Constituição, difamações e campanhas persecutórias,

(2) calar as vozes oposicionistas impondo a máquina publicitária de robôs e *fake news*, além do massacre diário promovido pela rede monopolista de TV e semanal vindo das revistas de grande circulação, (3) conseguir, por meios duvidosamente democráticos, a vitória nas eleições gerais, mesmo que, para isso, tivessem que dar apoio a um tipo de personagem que oficialmente declara sua guerra às instituições, à democracia, ao Estado de Direito, às minorias e às conquistas sociais dos governos precedentes.

Isso mostra o caráter extremista das reações do poder estabelecido, que comprova a hipótese acima formulada, de que, ao ultrapassar a fronteira do permitido numa democracia instável como a brasileira, a elite do poder suprime o jogo democrático e impõe-se autocraticamente.

Nesse quadro, cabe avaliar os equívocos ou ingenuidades das forças políticas oposicionistas diante das estratégias autocráticas dos grupos do poder. O primeiro deles, foi a aposta na legalidade institucional, a primeira a ser quebrada exatamente pelos detentores desse poder. Isso demonstra que essa legalidade existe apenas como ideia abstrata, como modelo imaginário para convencer o restante da sociedade, que não é para ser levada a sério, visto que é sistematicamente quebrada quando se trata de ameaças ao próprio poder. A “revolução” procurada pela “marcha pelas instituições”, tema dos movimentos políticos das décadas que sucederam ao 1968, demonstra aí sua ingenuidade política.

Paradoxalmente, são os grupos, movimentos, agremiações “de esquerda” quem efetivamente mais respeita a ordem institucional, instituída e vilipendiada, ao contrário, pelos donos do capital e do poder político. Além disso, os discursos libertários e progressistas repetem erros seculares, que davam valor excessivo ao interesse das massas por argumentações lógicas e fundamentadas; ao contrário, demonstra a História que a conquista das massas sempre se deu de forma bem mais simples, modesta, pequena, que um bom ilusionista conseguia mais facilmente do que os movimentos ditos “progressistas”.

Isso porque não apenas a ordem institucional imaginária é uma ilusão mas também porque o próprio substrato da doutrinação política perde de vista a verdadeira forma de sedução das massas, que não ocorre pelo discurso teórico-econômico mas pelo do consumo-desejo, situado no campo do imaginário e não do real.

Wilhelm Reich já havia advertido, no início dos anos 1930, que o interesse pelos assuntos políticos, econômicos, pela conjuntura de um país pode interessar aos estudiosos, aos professores, a alguns políticos, mas menos, muito menos, ao homem comum. Assim, no trágico passado do século XX como agora, o movimento das massas, sua “opinião pública”, oscila conforme o pêndulo de cada momento, tendendo ora para Cila ora para Caribdis, movida, estimulada e até mesmo reprimida, hoje, não tanto a partir de jornais impressos ou das revistas, mas do noticiário de TV e, principalmente, pelas redes sociais.

As oposições jamais souberam trabalhar com esse campo do irracional, emocional e afetivo, tanto das incursões fascistas, dos programas populares de enaltecimento da cultura das massas populares, quanto da dependência das pessoas a instâncias transcendentais, como na religião. Os homens são mais pobres, mais fracos e mais vis do que pensava o Senhor⁸.

VI

Não se sabe como era o clima entre as pessoas no período do surgimento do fascismo na Itália no início da década de 1920. Possivelmente inseguro, preocupante, com o assassinato de políticos como Matteotti. Na Alemanha, em 1930, reinava um ambiente de tensão: diante de uma social-democracia corrupta, falida, incapaz de governar o país, comunistas e fascistas se digladiavam para abocanhar o espólio de uma república malgovernada. Mas a escalada fascista era notória e muito rápida; velhos combatentes comunistas, convertidos ao nazismo diziam que “com eles, as coisas iam mais rápido”... Os

⁸ Em *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoievski (1967), Jesus retorna à Terra em Sevilha no século XVI, mas é preso pelo cardeal Grande Inquisidor. Na prisão, este discute com Jesus, dizendo que este traiu a humanidade, pois lhe teria retirado o único meio de garantir a felicidade aos homens. Diz o Inquisidor: “Não há preocupação mais aguda para o homem do que encontrar o mais cedo possível um ser a quem delegar esse dom de liberdade que o infeliz traz consigo ao nascer”/.../“O homem prefere a paz e até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal”/.../ “Aumentaste a liberdade humana em vez de confiscá-la a assim impuseste para sempre ao ser mortal os pavores da liberdade”/.../ “Juro-o, o homem é mais fraco e mais vil do que pensavas”/.../ “Dar-lhe-emos uma felicidade mansa e humilde, uma felicidade adaptada a criaturas fracas como ele”.

incidentes de rua, os assassinatos, os maus tratos a judeus, minorias, grupos execrados pelo movimento já sinalizavam que nada de muito bom desenhava-se no horizonte. Mas, o que importa, se a tensão política – esgotada pelo fracasso da República – só conseguia enxergar à sua frente soluções imediatas?

E, de fato, a perseguição continuada, as ações da polícia secreta, os desmandos em todos os níveis da administração, mas, acima de tudo, a impunidade tolerada pelo regime deveriam ter tornado, naquele período e nos anos que se seguiram, progressivamente, o ar irrespirável.

Em 1970, no Brasil, um fenômeno similar se repete. O Ato Institucional n.º 5, que cassou direitos políticos de eminentes cidadãos brasileiros, a colocação de delatores infiltrados em todas as reuniões públicas, discussões, aulas, concentrações, o desaparecimento de pessoas engajadas no combate à ditadura, a desconfiança de todos contra todos fez com que respirar se tornasse perigoso. Sair de casa, ir ao trabalho, enfrentar transportes públicos, em cada pequeno espaço poderia haver alguém à espreita. A vida tornava-se uma grande cela.

No período entre 2014 e 2018, o Brasil passa a vivenciar o fenômeno do excessivo peso da atmosfera sobre a cabeça das pessoas. Nada era explícito mas essa tal de nuvem negra instalava-se na sociedade e dirigia, como um espectro de terror, os comportamentos, os agires, as falas. Das campanhas de ódio veiculadas pela imprensa, meios de comunicação e redes sociais instalou-se a polarização do espectro político. E, na ponta mais extrema da direita, surge uma figura a princípio ridicularizada, depois, progressivamente avançando no cenário da política até tornar-se expoente máximo das classes detentoras de poder político e econômico, cujos representantes próprios não conseguiram convencer a população de que o golpe de 2016 não fora um golpe.

Tampouco as figuras histriônicas como Mussolini, Hitler e talvez Stalin preocupavam, em seu tempo, os políticos e os grupos engajados da sociedade. Talvez, novamente, pela ignorância em se reconhecer que é exatamente com essas figuras que grandes contingentes sociais se identificam. Não pelas ideias, não pelos programas de governo (se é que possuíam), não pelo belo discurso, mas por traços indiretos, sutis, peculiares que facilmente ganhavam adesão, irracional como não poderia deixar de ser, das massas.

É o tal do não-sei-quê que, de repente, ganha simpatia. Às vezes pela própria rudeza, pela grosseria, pela falta de sutileza, que sempre contrastaram com o comportamento das figuras proeminentes da sociedade, e que não criavam nenhuma identificação genuína com as massas, no mais das vezes respeito, submissão. Com os homens rudes, ao contrário, operava-se uma espécie de revanche das massas populares diante da arrogância dos poderosos que sequer olhavam, consideram sua presença.

E assim se constituiu a versão brasileira do dilema internacional das *fake news*, que viabilizaram a pior alternativa possível como estratégia de salvação de um golpe falido e pulverizado em malversações de todas as espécies. De fato, o buraco é muito mais profundo do que se imagina. Os estragos da viralização, do terror e das pressões em páginas pessoais, das campanhas difamatórias mudaram o mundo nos colocando diante de uma barbárie civilizatória cujas consequências para o Estado de direito estão longe do alcance de qualquer imaginação política do nosso tempo.

Saber que não conseguiriam jamais ganhar as eleições presidenciais em nosso país tornou-se senso comum entre as elites midiáticas, políticas e financeiras. Tratava-se de desequilibrar o jogo político, instigando o ódio em lugar do debate, promovendo e inocentando a truculência, a ação criminosa, o ataque indiscriminado. De outra forma não seria possível virar o jogo. Esse desarranjo total da cultura política rompeu os diques da moralidade e da convivência social medianamente assegurada. E, pela sua irracionalidade, não se pode prever os limites – se é que os há – nem os destinos desse movimento. Só se sabe que serão devastadores.

Referências bibliográficas

- ARNTZEN, H. (1975). *Karl Kraus und die presse*. Munique: Wilhelm Fink.
- DOSTOIEVSKI, F. (1967). *Os Irmãos Karamazov*. Rio de Janeiro: Edições Ouro.
- GANAHL, S. (2006) *Ich gegen Babylon. Karl Kraus und die presse in fin-de-siècle*. Viena: Pieus Verlag,
- KAGAN, R. L. (1996). Prescott's paradigm: American historical scholarship and the decline of Spain. *The American Historical Review*, 101(2), 423–446.

- MARCUSE, H. (1964). *One-dimensional man. Studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press.
- MARCONDES FILHO, C. (2009) *SuperCyber. A civilização místico-tecnológica do século 21*. São Paulo: Paulus.
- NIETZSCHE, F. (1993). *Além do bem e do mal*. São Paulo: Cia das Letras.
- NIETZSCHE, F. (1967). *On the genealogy of moral and Ecce Homo*. New York: Random House.